

19.dezembro.2014 – 17h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: **AEEP – Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo**

António Sarmento e Rodrigo Queiroz e Melo

Recebidos por: Deputadas Diana Ferreira (PCP, Relatora, que presidiu à reunião), Nilza de Sena (PSD), Carlos Enes (PS) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP).

Assunto: [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#)

Exposição: A Deputada Diana Ferreira (PCP) enquadrou a audição, informando que estão a ser ouvidas várias entidades para recolha de contributos, visando a execução da [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#) e indicou a grelha de tempos a utilizar.

Os representantes da AEEP – Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – entregaram um Boletim da mesma (com artigos centrados no novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo) e um memorando sobre as políticas de natalidade, os quais podem ser consultados na [página da Comissão, na Internet](#).

Agradeceram depois o convite para serem ouvidos e indicaram que o assunto é muito caro à respetiva Associação.

Referiram que as políticas públicas de promoção da natalidade devem ter um eixo central de apoio às famílias, nomeadamente, centrando-se no sistema educativo, que respeita a uma fase importante da vida das crianças e da sua preparação como cidadãos. Realçaram o papel da escola como apoio à família e à segurança das crianças e salientaram que a mesma tem de ser serena, que a família conheça, estável em termos de professores e de organização e que permita a continuação do projeto educativo que os encarregados de educação queiram.

Indicaram depois as medidas concretas que propunham, a saber:

1. Generalização da ação social escolar a todos os alunos que a ela tenham direito, mesmo que frequentem uma escola privada, com apoios a nível de manuais escolares e refeitório, tendo informado que tinham cerca de 4% a 5% de alunos nessas condições e atualmente só tinham apoio os que eram abrangidos por contratos de associação;
2. Melhoria dos contratos de desenvolvimento de apoio à família e dos contratos simples;
3. Aumento da dedução fiscal em IRS das despesas de educação dos que optarem por ter os filhos no ensino particular e cooperativo (tendo indicado que esta é uma reivindicação antiga);
4. Regulamentação do *ticket* escola;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

5. Generalização dos contratos de desenvolvimento de apoio à família e dos contratos simples, para as famílias poderem optar por escolas particulares e cooperativas, realçando que desde a década de 1980 não tem havido novos contratos, pelo que as escolas construídas depois não estavam abrangidas pelos mesmos;
6. Criação de uma plataforma eletrónica de matrícula e inscrição na escola pública estatal que se ajustasse ao projeto educativo escolhido pela família, ligada a um processo de informação.

Por fim, consideraram que a liberdade de as famílias poderem escolher a escola era muito importante e o apoio à família era essencial para a natalidade.

Interveio de seguida o Deputado Carlos Enes (PS), considerando essencial os salários, a segurança no trabalho, a habitação condigna, a proteção à maternidade e depois as condições em termos de escola, considerando que o aumento da natalidade está interligado com a melhoria global das condições das famílias. Realçou a necessidade de apoio às famílias, eliminando as desigualdades. Defendeu primeiro a criação de condições gerais para que a família possa escolher a escola e o acesso a uma melhor escola pública. Considerou que a liberdade de escolha não seria a solução única do problema, como parece defender a AEEP, até porque ela já existe, defendendo antes a criação de um conjunto de condições mais abrangentes.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) referiu as 3 vertentes da Resolução 87/2014, de proteção das crianças, das famílias e de promoção da natalidade e fixou-se no apoio à família, designadamente a nível pré-escolar. Nesse âmbito, questionou os representantes da AEEP sobre quais as principais prioridades que defendiam para a oferta pré-escolar e jardim-de-infância, que permitissem retirar barreiras à natalidade.

Por outro lado, perguntou se entendiam que o financiamento às escolas particulares e cooperativas devia ser feito por aluno ou por turma.

A Deputada Diana Ferreira, em representação do PCP, realçou que para o respetivo Grupo Parlamentar, as questões da natalidade estão ligadas à realidade económica e social atual, consequência das opções políticas dos sucessivos Governos. Salientou o acompanhamento familiar, escolar e noutras vertentes, a emigração com uma fatia importante nos jovens, a precariedade e as alterações do Código do Trabalho, com diminuição de direitos dos trabalhadores.

Defendeu a responsabilidade do Estado pela disponibilização de escola, tendo a propriedade da mesma e informou que o PCP não tem nada contra a escola privada, mas entende que não deve ser o Estado a pagá-la.

Referiu depois que o custo das taxas moderadoras e a retirada do abono de família são outros dos entraves à natalidade.

Por último, defendeu a disponibilização de manuais escolares gratuitos e igualmente de passe escolar gratuito para os alunos do escalão A do SASE, Serviço de Ação Social Escolar e com redução de 50% do seu valor para os restantes alunos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Na sequência das questões e observações colocadas, os representantes da AEEP referiram o seguinte:

1. Congratularam-se com a abertura que consideraram registar-se da parte dos Deputados para a liberdade de escolha;
2. Realçaram que as medidas a adotar demorariam tempo a produzir resultados;
3. Manifestaram muita preocupação com o apoio a famílias em parte excluídas ou discriminadas, defendendo o apoio às de menos recursos, permitindo-lhes liberdade de escolha;
4. Manifestaram-se contra a titularidade das escolas condicionar formas de apoio, nomeadamente, no caso do ensino pré-escolar, com o facto de só haver contratos de associação para as escolas de instituições particulares de solidariedade social, enquanto as escolas privadas só têm contratos de desenvolvimento, tendo defendido que isso dificulta o acesso ao ensino pré-escolar. Assim, defenderam a equiparação, com igualdade de apoios, para as instituições particulares de solidariedade social e as escolas privadas, atualmente só com contratos de desenvolvimento;
5. Defenderam em primeiro lugar o apoio às famílias, sobre várias modalidades e talvez depois por aluno;
6. Consideraram que as escolas públicas do Estado podem ser diversas, mas não respeitam a liberdade e diversidade de opções das famílias;
7. Deram acordo aos manuais escolares e passes gratuitos, se possível;
8. Indicaram que a maternidade e a paternidade eram inicialmente um ato de generosidade individual, mas era essencial o bem-estar material futuro dos filhos e a escola representava a crença na melhoria do futuro das gerações seguintes, nomeadamente dos filhos;
9. Reiteraram a necessidade de adesão das famílias à escola e que para isso era necessário permitir que as mesmas pudessem escolher a escola;
10. Informaram que o financiamento por turma permitia estabilidade (até laboral) e equilíbrio, sendo assegurado por contratos de associação, enquanto no ensino artístico especializado, por exemplo o apoio deve ser ao aluno, o mesmo acontecendo nos contratos de desenvolvimento para apoio individualizado.

A documentação entregue e a gravação da reunião estão disponíveis na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 19 de dezembro de 2014

A assessora
Teresa Fernandes